

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

A CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ESPAÇO URBANO - UM BREVE ESTUDO SOBRE O CRESCIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NA DÉCADA DE 1950 E A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO

Maria Helena Alves da Silva¹Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali²Antonio Carlos Machado Guimaraes³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explorar a criação da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, em 1954, como uma resposta aos conflitos gerados por estabelecidos e *outsiders* na cidade de São José dos Campos – SP. Utilizando da teoria de Norbert Elias, dos campos de disputa de Bourdier, revisão de bibliografia e análise de estudo de caso com a utilização de jornais da época e depoimentos, foi possível chegar à conclusão de que o descompasso entre as relações dos recém-chegados do CTA/ITA, em um momento crítico de urbanização e industrialização da cidade, resultou em um choque cultural fazendo com que as estruturas urbanas locais fossem sobrepostas por lógicas de poder fora do alcance da política e da economia local. Assim, uma forma que a elite da cidade encontrou de destacar a economia e política local e sua legitimidade foi por meio da criação de um novo estabelecimento de ensino.

Palavras-chave: História das Cidades; Cidade e Faculdade; História Urbana; Planejamento Urbano e Regional.

ABSTRACT

This work aims to explore the creation of the Law School of Vale do Paraíba in 1954 as a response to the conflicts generated by established and outsiders in the city of São José dos Campos - SP. Using Norbert Elias's theory, Bourdier's fields of contention, bibliography review and case study analysis with the use of periodicals and testimonies, it was possible to conclude that the mismatch between the relations of the newcomers of the CTA / ITA, at a critical time of urbanization and industrialization of the city, resulted in a cultural shock, causing local urban structures to be overlapped by logics of power beyond the reach of local politics and economy. Thus, a form that

¹ Graduada em História, mestranda em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba. É gestora de documentos do CEHVAP - Centro de História e Memória da Universidade do Vale do Paraíba.

² Docente do Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba.

³ Colaborador do Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba.

the city's elite found to highlight the local economy and politics and its legitimacy was through the creation of a new educational establishment.

Keywords: History of Cities, City and School, Urban History, Urban and Regional Planning

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UMA CIDADE EM DISPUTA

Considera-se que o primeiro contato que a população da cidade de São José dos Campos teve com estrangeiros foi com a instalação do “período sanatorial”. Nessa época, doentes tuberculosos de diversas regiões do Brasil vinham para serem curados nos sanatórios da cidade, mas é apenas a partir da década de 1940 que podemos notar novas formas de circulação e consumo, assim como tentativas de metropolização da cidade.

Como observa Reis, é na passagem do milênio que começam a surgir sociedades em que a população rural começa a desaparecer, ao tempo em que os setores sociais urbanos se apropriam dos territórios ao seu redor para a implantação de seu modo de vida (2006, p. 20). Na segunda metade do século 20, ocorreu uma elevação no índice de urbanização em todos os continentes, com um processo de migração para as cidades e a tendência de formações de eixos; no Brasil, um deles ligando a Região Metropolitana de São Paulo ao Vale do Paraíba, em direção ao Rio de Janeiro (2006, p. 22). Ainda para o autor, é preciso notar que o desenvolvimento científico e tecnológico não ocorreria sem investimentos que as viabilizassem, e que elas não ocorreriam sem projetos políticos, de forma que além de ter raízes tecnológicas, o desenvolvimento também faz parte de políticas ideológicas, culturais, políticas, econômicas e sociais (2006, p. 26).

De acordo com VIANA *et al.*, esse investimento político para o desenvolvimento científico e tecnológico teria sido feito no período sanatorial da cidade, que, embora não seja precisamente datado, ocorreu principalmente entre as décadas de 1920 e 1950. Como observa a autora, desde a primeira metade do século XIX a saúde e desenvolvimento urbano eram vistos como parte de uma mesma política, onde o desenvolvimento era visto como parte do progresso – e esse progresso era confrontado pelo meio urbano insalubre, que ameaçava a expansão comercial –,

de forma que a saúde era inserida no âmbito econômico. Os locais denominados "estâncias climáticas" e destacados como ideais para tratamentos de saúde relacionados com doenças pulmonares eram vistos como 'europas tropicais', identificando-se simbólica e culturalmente com as estâncias de saúde europeias, sendo planejadas como modelos civilizados de urbanidade (VIANA *et al.*, 2013, pp. 3-4). Um artigo denominado "A profilaxia da tuberculose", publicado no jornal local 'O Correio Joseense', em 1948, fala da correção do êxodo urbano, com os centros urbanos e a tuberculose:

Recentemente, a industrialização e o desenvolvimento dos centros urbanos agravaram as condições sociais. No Rio e em outras cidades, a favela e o mucambo e as casas coletivas representam, tragicamente, os maiores focos da endemia. E' um erro atribuir maior importância ao afluxo das populações rurais, virgens da tuberculose, para os centros imensamente infectados. Acima de tudo o que tem maior importância são os referidos centros, os quais precisam ser neutralizados. (A PROFILAXIA, 1948, p. 124)

A visão de que os doentes que vinham para a cidade traziam contribuição econômica e que assim mudavam a visão dos moradores é confirmada por Altino Bondesan, advogado e historiador que chegou à cidade na primeira metade do século 20, e que conta que os recém-chegados também contribuíam com uma cultura superior, fazendo com que a cidade tivesse diversos moradores que falavam diversos idiomas:

Foi demorada a transformação de São José, de uma cidadezinha dependente da lavoura em uma estância de cura. O pessoal da cidade a princípio teve um pouco de resistência a receber os doentes, mas percebeu que eles eram uma fonte de renda, que São José, com a decadência do café e naturalmente de toda a lavoura, passou a depender também muito desses novos elementos que traziam à cidade com a sua doença, fortaleza econômica. [...] Além de tudo tinha uma cultura muito superior, em São José era comum pessoas que falavam alemão, falavam o inglês, o francês, e nós... quer dizer, depois veio o CTA e trouxe professores dessas línguas e tal que São José teve um sempre culturalmente, acredito eu, superior a cada cidades do Vale. (BONDESAN, 1999).

Embora não faça referências à doença ou tuberculose, o jornal Correio Joseense escreveu em 1954 um artigo sobre a contribuição de imigrantes para a cidade, que, compensados pela hospitalidade, as famílias e seus descendentes deveriam manter seus sobrenomes e fazer parte da administração pública:

Êsses honrados imigrantes, que tantos exemplos de trabalho e de sacrifício nos deram, lutando, de início, contra muitas adversidades e tendo para compensar-lhes somente a nossa hospitalidade, aqui venceram, aqui constituíram família e aqui se radicaram tendo no coração o Brasil como sua nova Pátria. Nada mais justo, portanto, que seus descendentes, nossos irmãos pelo sangue, e que somente identificam sua origem genealógica pela manutenção dos sobrenomes de seus ascendentes sem que isto lhes tire mérito algum de brasilidade - têm o direito e o dever de colaborarem, tanto quanto os brasileiros, em todos os setores, inclusive na administração pública [...] (PONTO, 1954, p. 40)

Esse trecho faz parte de um artigo chamado "Ponto de Vista", que, em seus primeiros parágrafos, faz alusão a um panfleto divulgado na cidade anonimamente, e que "desrespeitando algumas colônias estrangeiras, atribuiu-lhes propósitos que se relacionam com a nossa vida política e administrativa".

Dessa forma, nota-se que havia um relacionamento harmonioso entre os “estrangeiros” e os moradores locais. No entanto, a partir da década de 1940, com a instalação do ITA – Instituto Técnico Aeronáutico, e o CTA, Centro Técnico Aeroespacial, é possível perceber um descompasso nessas relações. Wilson Ruiz (1925–1991), que estudou e trabalhou no ITA/CTA, conta que quando chegou na cidade em 1951, as turmas que já estavam alojadas na cidade desde o final da década de 1940 já eram o "suficiente pra criar um estilo de vida dentro do ITA, dentro do CTA e em confronto com o estilo de vida da cidade" (RUIZ, 1994, p. 5). Em depoimento ao projeto "Patrimônio Humano", na década de 1990, Ruiz contou da relação conflituosa que surgiu entre os rapazes da cidade e os do ITA em relação às moças da cidade, que viam os recém-chegados com mais interesse:

O que aconteceu foi o seguinte: aparentemente os rapazes da cidade, é, eles não ligavam muito pras moças da cidade, ou não davam muito valor, e o pessoal que veio pra cá, veio gente de todo o lado do Brasil não é, do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, Norte, Nordeste, e esse pessoal um pouco abandonado né um pouco sozinho procurava muita cidades e procurava muito contato com as moças da cidade. É e daí nasceu um ciúme tremendo né os rapazes da cidade e os rapazes do CTA. E aí a o que havia era escaramuças, havia uns pegadas de vez em quando e isso aí era uma coisa que aparentemente difícil de resolver porque é uma questão de ciúmes né, é uma questão dos rapazes do ITA irem procurar as moças da cidade, e as moças da cidade, naturalmente muito lisonjeadas, porque haviam muitos rapazes atraentes né, e eles eram uma coisa nova pra moças da cidade, eram rapazes que falavam bem, com sotaques diferentes né, com roupa diferente, com atitudes

diferentes, e daí o choque dos rapazes e havia de vez em quando havia briga mesmo [...] (RUIZ, 1994, p. 5)

Não eram apenas as moças da cidade que tratavam os estudantes e moradores do ITA/CTA de forma diferenciada. Chegando 10 anos depois de Ruiz, em 1961, Álvaro Ferreira Gomes, nascido em 1935, conta da diferença de preços que o mercado dava para os moradores e para os outros:

Quando eu cheguei em São José, 61, ainda era burgo. A Nelson D'Ávila e a Paraibuna não eram asfaltadas, você saía do CTA pra ir pro mercado, comprar no mercado central, que é um daqueles ônibus que tem o motor comprido, abre o motor na frente né. Então não tinha aquele portão bonito do CTA né, se ia até o centro pra comprar tinha dois preços; [...] um pro pessoal do CTA, mais caro, evidente, e outro pro pessoal das cidades né (risos). E pra voltar você voltava de carroça. É, era assim São José. Em 1961 né. Quantos habitantes? 62 mil. Né? (GOMES, 2011, p. 10)

Preços diferenciados no mercado também foi um fato marcante para Ângela Savastano, que chegou na cidade na década de 1940:

Então é veio um pessoal diferente pra São José e esse, e nessa, a primeira diferença que eu como criança senti foi a chegada desse pessoal, porque eles chegaram em São José com os costumes, com o comportamento diferente. Por exemplo, no mercado, eles não se portavam como os daqui da região, que a gente negociava, o vendedor a gente é ... é pechinchava né [...] Eles não. Eles não perguntavam nem o preço, às vezes eles compravam muito e compravam e não pegavam nem o troco. Então foi assim uma... uma... como é que se diz, um modo diferente de negociar (SAVASTANO, 1992, p. 8).

O ITA E O CTA: DETERMINANTES EXTERNOS

Embora a instalação de pensões e sanatórios tenha sido iniciada principalmente por políticas locais, a instalação do CTA no final da década de 1940 mostra uma mescla entre política nacional e política regional. A instalação do Centro Técnico Aeronáutico se deu como parte do projeto nacional de desenvolvimento, como parte de uma das tarefas colocadas à educação brasileira. Como observou Sposito, ao participar de escalas de poder mais amplas, os atores locais e regionais perdem sua autonomia, tendo uma atuação política portadora de práticas e discursos

que constituem sua identidade regional, acontecem confrontos ou alianças com esses atores nacionais e internacionais que impõem a realização de projetos externos às cidades. Dessa forma, para a autora, as elites locais ou se submetem ou fenecem diante de elites com ações geográficas mais abrangentes (SPOSITO, 2007, p. 243). Ainda para a autora, uma forma de articulação dos atores locais na forma de conquistar mercados abrangentes é pela conquista de mercados de consumo para seus serviços ou produtos, seja ela de cunho industrial ou mesmo na forma de propriedade de uma instituição de ensino privada (SPOSITO 2007, p. 246).

Nesse período, temos a vinculação do momento de São José dos Campos a um processo nacional mais amplo. Como aponta Papali *et al.*:

Tem início um momento transformador para a população brasileira, quando o nacional-desenvolvimentismo da década de 1950 lança o esteio infraestrutural para a grande arrancada industrial que o país conheceria nas décadas posteriores. Nessa época, a concentração industrial consolida-se na região sudeste, principalmente no eixo Rio-São Paulo, propiciando que cidades ainda acanhadas como São José dos Campos ganhassem espaço e projeção (PAPALI, 2010, p. 145).

Em 1947, tiveram início as obras para a construção do CTA – Centro Técnico Aeronáutico, sendo as primeiras etapas concluídas em 1950, o que permitiu o funcionamento no segundo semestre daquele ano, recebendo alunos e docentes da Escola Técnica do Exército (MATIAS, 1977, p. 90) no ITA – Instituto Técnico Aeronáutico, dentro de seu complexo. Em conjunto com a instalação da Companhia Rhodosá de Rayon, a General Motors e a Eaton na cidade, e a situação educacional e econômica em São Paulo, houve um grande processo de movimentação e transformação em São José dos Campos.

No início da década de 1950, a escolha de uma cidade que, até o início do século XX, era mais conhecida por suas indústrias de laticínios e de cerâmica e seus sanatórios para a construção de um Centro Técnico de Aeronáutica ainda é discutido. Alguns pontos são salientados em interpretações desta opção. Em primeiro lugar, a curta distância da cidade aos grandes polos econômicos da época, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como a proximidade do Porto de São Sebastião; mas, ao mesmo tempo,

seus alunos não teriam "a movimentação e distração de uma cidade grande" (OLIVEIRA, 2008, p. 124).

A isto se somam os interesses locais. Segundo Souza e Costa, os governantes locais estariam conscientes de que uma estrutura propícia “à produção de ciência e tecnologia conduziria o município a um desenvolvimento sem semelhança a qualquer outro da região” e, dessa forma, mostravam-se amistosos com as negociações, oferecendo um grande lote de terras para a instalação do Centro Técnico (SOUZA, 2010, p. 103).

De qualquer maneira, inaugura-se, naquele momento, um processo que modificará profundamente a vida social de uma cidade que, até então, destacava-se pelo acolhimento dos acometidos por tuberculose. Neste sentido, é importante sublinhar que, mesmo com a atividade sanatorial estar se enfraquecendo, dadas as novas terapias, a administração da cidade permanece conduzida por sanitaristas ao longo da década de 1950, dando uma complexidade ainda maior à sociedade joseense.



Fig 1. Localização do Município de SJC (destaque para a Rodovia Pres. Dutra). Distâncias (percurso rodoviário) aproximadas do Município: Rio de Janeiro:350 Km e São Paulo: 90 Km. Fonte: Elaboração dos autores a partir de arquivos do IBGE e DNIT.

Alguns fatores pressionam a transformação de São José dos Campos e sua sociedade naquele momento: um novo padrão de industrialização que se consolida na cidade, e antigas manufaturas dos ramos da cerâmica e tecelagem passaram a coexistir com empresas de alta tecnologia. Há, inclusive, um deslocamento da atividade industrial, com as novas fábricas se instalando às margens da recém-inaugurada Rodovia Pres. Dutra. No novo padrão, dois elementos merecem ser

destacados. O primeiro refere-se ao tamanho das plantas industriais, quando se observa o crescimento do número de unidades fabris que empregam um grande número de operários (mais de 1.000), além do fato de que o novo padrão de industrialização traz a marca do absenteísmo de seus proprietários (CARDOSO, s.d.) Há um caráter de ruptura que se verifica no plano da economia, que faz autores, como Fernando Henrique Cardoso, concluírem que a partir desta característica entre as décadas de 1960/1970 deslancha o desfiguramento do passado de São José, realizando um corte histórico-estrutural.

A transformação da economia carrega outros processos que vão gradativamente mudar a vida da cidade. A urbanização se acentua naquele período. Em 1950, segundo dados do IBGE, a população da cidade era de 44.804, dos quais 26.600 (59,4%) habitavam o perímetro urbano. No recenseamento de 1960, já se percebe nitidamente uma tendência de crescimento da taxa de urbanização. Naquele ano, São José dos Campos, contava com 77.533 moradores, 56.882 (73,4%) na área urbana.

É importante observar que o crescimento da população urbana se faz por processos migratórios motivados pela industrialização que se acelera no município naquele período. Ele não reflete um deslocamento da população rural para o perímetro urbano. Ao contrário, entre os anos 1950 e 1960, esta continua crescendo em nível bem menos acelerado que a urbana, com taxas de 13,4% (de 18.204 a 20.651), contra 113,8% (de 26.600 a 56.882) respectivamente.

Embora os três processos – industrialização, urbanização e migração – caminhem juntos, é no último que queremos nos fixar. A chegada de novos habitantes à cidade implicou na constituição de fronteiras entre estes e aqueles que já habitavam o lugar. Fronteiras mais simbólicas que físicas, uma vez que migrantes e antigos moradores coabitavam a mesma área da cidade (à exceção dos que se instalaram no CTA), em que vão se distinguir particularmente por seus hábitos e capital cultural. Tem início um jogo identitário dando origem a sistemas classificatórios distintos, apontando a disputa por prestígio entre os dois grupos.

Embora o ITA satisfizesse consideravelmente o ensino superior de ciências exatas na cidade de São José dos Campos, não havia nenhum curso voltado para ciências humanas e sociais. Um grupo que envolvia os dirigentes da Sociedade Civil

Mantenedora começou a pensar sobre a implantação de uma Faculdade de Filosofia, mas mudaram de ideia para que pudessem fundar, imediatamente, uma Faculdade de Direito na cidade (MONTEIRO, 2002, p. 19). Tal decisão pode ter sido tomada por causa de, diferente de outros cursos, as faculdades de Direito não exigiram investimentos em instalações de laboratórios ou equipamentos específicos necessários para o seu funcionamento (MAKSoud, 1970, p. 26).

A criação de uma Faculdade na cidade também pode ser entendida como resposta à chegada de famílias de fora do país e de diferentes estados para compor o ITA e o CTA. Além dos depoimentos acima que evidenciaram o descompasso dos grupos internos e externos na cidade, o depoente Ruy Rodrigues Dória Filho evidenciou em seu depoimento brincadeiras que os estudantes do ITA faziam com os moradores de São José dos Campos, ao fingirem que tinham construído um foguete:

eu me lembro de um fato até pitoresco e muito engraçado, pelo inusitado do fato em si na época, os alunos do ITA construíram, acho que deve ter sido por volta de 1960, 1961, na época do Sputnik, deve ser por aí, construíram um foguete, montaram o foguete atrás da Igreja da matriz ali na orla do Banhado e convocaram a população toda para ir ver o lançamento desse foguete, e era tudo uma montagem, uma brincadeira dos alunos do ITA, e a população inteira de São José foi assistir o lançamento do foguete construído aqui em São José dos Campos, era um negócio interessante para época né (FILHO, 1992, p. 5).

É possível perceber inversão da teoria de Norbert Elias e John Scotson de “estabelecidos” e “outsiders”: enquanto para Elias e Scotson os “establishments” eram autopercebidos e reconhecidos como uma sociedade boa, poderosa e melhor, os *outsiders* eram vistos como “os não membros da ‘boa sociedade’, os que estão fora dela”, um grupo de pessoas unidas por laços pouco intensos – em inversão, podemos perceber que são os grupos do ITA e do CTA que se sentem como “estabelecidos”, vendo-se como pessoas melhores do que os joseenses, que aqui se colocam como os “outsiders”, não sendo percebidos como sociedade com fortes laços, com “tradição, autoridade e influência” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 7).

Isso nos leva a uma questão de hierarquização espacial, que envolve mediações políticas, econômicas e sociais. Para Bourdieu, a ideia de diferença e separação está no próprio fundamento da noção de espaço, que já é definido como

“conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem” (BOURDIEU, 2007, pp. 18–19). Contribuindo para a nossa hipótese, utilizando Elias e Scotson, Bourdieu também acredita que os lugares no espaço são definidos por posições geradas pelo volume e composição do capital – econômico, cultural ou simbólico. Esses capitais são distribuídos desigualmente e, em nosso caso, tanto o capital econômico quanto o cultural e simbólico estiveram presentes em grandes medidas na representação e percepção da população sobre o ITA/CTA (conforme pudemos ver pelos depoimentos de Savastano e Filho, que evidenciaram esse impacto).

Assim, é possível que a cidade tenha buscado responder a esse descompasso criando a sua própria Faculdade e implantando o seu Ensino Médio.

A FACULDADE DE DIREITO NO REEQUILÍBRIO DAS RELAÇÕES

Em Janeiro de 1954, Moura Rezende, Secretário da Educação de São Paulo, enviou ofício ao Prefeito Municipal de São José dos Campos comunicando a criação da Faculdade de Direito, que foi publicado no jornal "O Correio Joseense" em 3 de janeiro de 1954, comunicando com “grata satisfação” a criação da “Faculdade de Direito nessa progressista cidade” (PREFEITURA, 1954). No mesmo ano, diversas outras publicações foram feitas relacionando a criação da Faculdade com o progresso da cidade: quando da notícia da criação da Escola de Farmácia e Odontologia, escreveu-se que a “população que vê nessa escola superior, mais um grande fator em favor da cidade que caminha a passos largos na conquista dos mais elevados elementos de progresso, em todos os setores” (A CRIAÇÃO, 1954). Já em 1957, durante a construção do prédio que abrigaria a Faculdade de Direito, o jornal exaltou que finalmente

São José dos Campos, que terá a honra e a glória de possuir uma academia à altura do progresso do nosso Estado, já tão credenciado com a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, de onde saíram os grandes juristas do Brasil (UMA, 1957).

Durante o período republicano o diploma de ensino superior era essencial para ter acesso à elite política que, por sua vez, era composta em sua maioria por bacharéis – além disso, os ocupantes de grandes cargos nacionais eram formados em Direito: "sete dos doze presidentes da velha República eram formados pela Academia Paulista de Direito" (TRIGO, 2001, p. 63). No entanto, no tempo dessas publicações, a cidade tinha pouco mais de 44 mil habitantes, com população urbana de 26.600 pessoas – uma cidade pequena em todos os aspectos (SÃO JOSÉ, 2012). Como observou MONTEIRO em seu livro sobre a história da Universidade do Vale do Paraíba, acreditava-se que, por sua instalação, os

Cursos Jurídicos, entre outros méritos, têm o condão de descortinar horizontes culturais e aprimorar a cidadania do povo. Sabiam que, depois da promulgação da Lei Imperial de 11 de Agosto de 1827, que criou os dois primeiros Cursos Jurídicos no Brasil, um em São Paulo e outro em Olinda, nenhum grande acontecimento da nossa Pátria deixou de ter a participação dessas escolas superiores. (MONTEIRO, 1997, p. 33)

Dessa forma, os fundadores da Faculdade passaram a esperar "que, assim como aconteceu com o Brasil, a instalação de uma Faculdade de Direito em São José dos Campos, algo de semelhante também devesse provocar": ao ser instalado na cidade, com certeza a Faculdade de Direito também formaria alunos e figuras ilustres na cidade e no Brasil, além de, em breve espaço de tempo, abrir "aos futuros formandos de São José um imenso campo de trabalho, quer na advocacia, quer em muitos outros misteres de cunho intelectual" (MONTEIRO, 1997, p. 33).

Em um período de transformações em sua configuração urbana, com a instalação de diversas fábricas e, agora, Faculdades e instituições de ensino, São José dos Campos, em 1950, estava se consolidando como um polo industrial. A Faculdade se instalou na posteriormente nomeada "Cândido Dias Castejón", em uma praça "cuidadosamente ajardinada", observou Agê Junior, é "onde se encontra o portentoso edifício da Faculdade de Direito, de linhas modernas e funcionais, onde funcionam outras faculdades, tornando-se o ponto de reunião da vida acadêmica da cidade" (JUNIOR, 1981, p. 48).

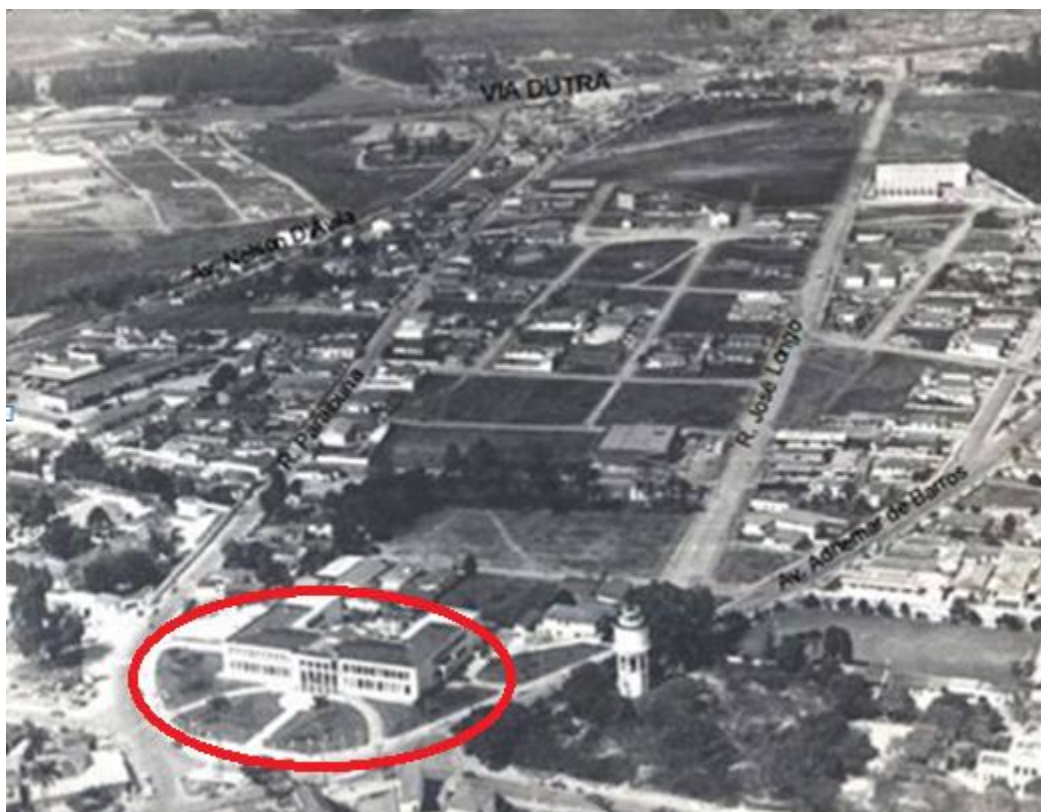


Fig. 2. Na década de 1960, a Faculdade de Direito se destacava no cenário da cidade. (KOGISO, 2010, s.p.).

É possível perceber um relacionamento íntimo entre a cidade de São José dos Campos e a Faculdade de Direito, em que é notável que a cidade se sentia honrada em possuir uma academia de onde poderiam sair grandes juristas, e vendo-a como parte do progresso econômico e social da cidade. Como observou um dos diretores da Faculdade de Direito e que foi aluno da segunda turma, Francisco José de Castro Pimentel,

o prédio começou em 58 com o auxílio de verba consignada do orçamento do Estado de São Paulo, e uma pequena verba da prefeitura municipal e também com o dinheiro arranjado entre colaboradores aqui da cidade. O prédio começou imponente, a planta da do prédio era ambiciosa e hoje nós temos esse prédio que realmente é um prédio que começou a funcionar efetivamente em 1961, os ex-alunos de 61 já vieram para cá, e..está ainda a firme, é um prédio que ainda tem uma presença na cidade marcante, é um marco [...] (PIMENTEL, 1994, p. 3).

Ainda para Araújo, a espacialização das instituições de ensino superior são exemplos da configuração do surgimento, através das ideias de modernização, construção e desenvolvimento da nacionalidade brasileira, do discurso urbanístico no país, de forma que as primeiras instituições de ensino no país eram representantes

"dos valores ideológicos da sociedade brasileira e de sua organização política e cultural" (ARAUJO, 2016, s.p.). Além disso, desde o século XIX, se formava uma gama de intelectuais, professores e alunos, em torno de uma Faculdade de Direito, criando então um círculo cultural local e a produção de um modelo de vida cultural e, como observou Pessoa, o "centro urbano da região é símbolo de formação jurídica – portanto de bacharéis", atraindo para si importantes intelectuais. Desde esse momento, em referência aos séculos passados, a conclusão de uma Faculdade de Direito qualificava o indivíduo para o acesso à burocracia, "permitindo-lhe a ascensão dentro das elites governamentais e administrativas" (PESSOA, 2003, p. 87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho aborda a criação da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba na cidade de São José dos Campos (SP), na década de 1950, resultados dos esforços de uma entidade sem fins lucrativos, a Associação Valeparaibana de Ensino.

Devemos observar, a princípio, as mudanças que ocorriam em plano nacional e que, de certa maneira, influenciaram a criação do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), instalado inicialmente na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, e mais tarde transferida para São José dos Campos. A ação do Estado, além de ser percebida no controle e uso da terra e expansão urbana, era estendida à criação de entidades de Ensino Superior, como já apontamos acima em relação à criação do ITA.

Há, contudo, uma diferença marcante entre a instalação do ITA no território joseense e a Faculdade de Direito que lhe seguiu. A primeira se inscreve no plano político nacional, como parte das tarefas colocadas à Educação Brasileira pelo projeto nacional desenvolvimentista. Já a criação do curso de Direito vincula-se fortemente com a mudança do contexto local, marcado especialmente pelas relações entre antigos moradores da cidade e os novos habitantes, motivados pela acelerada industrialização do município naquele momento.

Nilda Nazaré Pereira Oliveira atenta para o fato de que aqueles que formariam a sociedade científica de São José dos Campos (podemos dizer, uma nova elite em gestação) eram quase todos estrangeiros, e os joseenses empregados pelo Instituto vinham ocupar posições como as de assistentes, auxiliares ou técnicos (OLIVEIRA, 2008). A Faculdade de Direito viria, assim, no sentido de um esforço para

criar um maior “equilíbrio cultural” entre os antigos moradores do lugar e uma camada migrante, nacional e estrangeira, que se distinguia por sua qualificação. Neste sentido, vale mencionar que até então a cidade não possuía o Ensino Médio, tendo sido sua implantação uma tarefa que precedeu à criação da Faculdade. Assim, Orlando Campos, prefeito municipal entre os anos de 1954 a 1957, autorizou a concessão de 200 mil cruzeiros a serem pagos anualmente para ajudar na instalação, manutenção e criação do Curso de Direito (MONTEIRO, 2002, p. 18).

A busca do país por afirmar-se no plano político-econômico internacional, em que a tecnologia era vista como desempenhando um lugar central, trouxe a São José dos Campos os investimentos federais necessários à criação do primeiro curso de engenharia no país voltado ao setor aeronáutico. Não se pode pensar o Instituto recém-criado como voltado a atender uma demanda local. Mesmo porque os jovens joseenses, como vimos, nem contavam com escolas do ensino médio que os habilitassem aos estudos universitários. Não se subestima, aqui, a demanda por profissionais do Direito trazidas pelas mudanças na economia municipal. Mas o que se pode observar no trabalho de pesquisa foi a disputa entre antigos e novos moradores, em que os primeiros, ao se sentirem de certo modo inferiorizados, lançam mão dos recursos locais para que seus jovens também conquistassem seu “anelão”, na feliz expressão de Lima Barreto (BARRETO, 2012, p. 60).

Nossa hipótese foi a de que a criação da Faculdade de Direito se deu como uma resposta da elite joseense à instalação do ITA/CTA na cidade no final da década de 1940. Isso nos leva a uma questão de hierarquização espacial, que envolve mediações políticas, econômicas e sociais. Para Bourdieu, a ideia de diferença e separação está imbuída no próprio fundamento da noção de espaço, que já é definido como um "como conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem" (BOURDIEU, 2007, pp. 18–19). Contribuindo para a nossa hipótese utilizando Elias e Scotson, Bourdieu também acredita que os lugares no espaço são definidos por posições geradas pelo volume e composição do capital – econômico, cultural ou simbólico. Esses capitais são distribuídos desigualmente e, em nosso caso, tanto o capital econômico quanto o cultural e simbólico estiveram presentes em grandes

medidas na representação e percepção da população sobre o ITA/CTA (conforme pudemos ver pelos depoimentos).

As posições neste espaço social expressaram as relações de dominação entre as classes sociais e as relações de hierarquia e as estruturas sociais, que, materializadas na estrutura espacial (o fechamento e afastamento do ITA/CTA da cidade), fecharam-no para a cidade, sendo percebida pela comunidade de seu entorno como local restrito, interdito e privilegiado, resultando, como apresentamos em nossa hipótese, na criação da própria faculdade da cidade. Retomando o conceito de campo, que faz parte do corpo teórico da obra de Pierre Bourdieu, podemos perceber a cidade também como "... um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder" (SETTON, 2002, p. 64). Além disso, como observou Misoczky em sua análise sobre Bourdieu e Wacquant, os atores lutam no espaço socialmente estruturado dependendo das posições que ocupam no campo, seja para mudar ou para preservar sua forma e limites – que é sempre um objeto de disputa no campo. Dessa forma, "os participantes do campo trabalham, constantemente, para se diferenciarem dos seus rivais mais próximos, para reduzir a competição e estabelecer um monopólio sobre um subsetor particular do campo. Assim, os esforços constantes dos membros do campo para impor critérios de competição e de pertencimento podem ser mais ou menos bem sucedidos, dependendo das conjunturas particulares" (MISOCZKY, 2002, p. 52).

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda menciona que na sociedade brasileira os títulos honoríficos, cartas e anéis de bacharéis ainda merecem crédito, apesar de serem virtudes senhoriais, e que estes podem ser vistos como decorrência da formação agrária e colonial brasileira, relacionando-a com brusca transição da vida rural para a urbana (HOLANDA, 1995, pp. 83 e 156). Assim, os principais atores envolvidos na criação da Faculdade pretendiam melhorar não apenas a sua imagem e a representação dela, mas também a da cidade perante aos "outsiders". Embora Bourdieu não se refira a "representações sociais" (diferentemente de Durkheim), ele utiliza o conceito de "representações", divididas em "representações mentais" ("atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que agentes investem seus interesses e pressupostos") e "representações objetais" (que o autor define como podendo ser "coisas", como

bandeiras, insígnias, emblemas, etc.; ou atos, “estratégias interessadas de manipulação simbólica, tendentes a determinar a representação mental”) (BOURDIEU, 1996, pp. 107–108). As representações se materializam em práticas e relações sociais, assim como em instituição. Assim, Bourdieu nos permite analisar a posição de grupos e suas relações, sendo que o *habitus* é um conceito fundamental para entender a ideia de representações, em Bourdieu, porque articula as ideias e as práticas sociais, que são os dois elementos de oposição, dentro das quais o conceito de representação aparece no pensamento filosófico e sociológico do autor.

Ou seja, a partir desse referencial teórico, será possível analisar não apenas a ação dos atores, mas suas experiências passadas, seus históricos de modo geral e como suas ações refletiram na construção da Faculdade que viria a ser um ponto de encontro da vida acadêmica da cidade e um símbolo de progresso conforme foi possível concluir com a análise de jornais e publicações da época. Com base neste referencial, um novo olhar sobre as relações socioespaciais entre o *campus* universitário e seu entorno urbano, a partir da realidade empírica entre a Faculdade de Direito e a cidade de São José dos Campos, foi, então, construído. Realidade esta agora entendida a partir da relação entre seus espaços físicos e sociais, como partes integrantes, estruturantes e estruturadas, das relações que os indivíduos e grupos sociais mantêm entre si e que imprimem marcas diferenciadas à sua história e natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A criação da Escola de Farmácia e Odontologia*. Correio Joseense, São Paulo, 10 de janeiro de 1954. Disponível no Arquivo Público do Município de São José dos Campos.
- A PROFILAXIA da Tuberculose* (sem autor). São José dos Campos, 3 de outubro de 1948. Correio Joseense. PDF digitalizado disponível no *site* do Pró-Memória São José dos Campos.
- ARAÚJO, Regina Célia Lopes (2016). *A Universidade e a Cidade: um estudo de caso do Campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 25 a 29 de julho de 2016. Disponível em: <<https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s25-01-araujo-r.pdf>>
- BARRETO, Lima de. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Clube dos Autores, 2012.

BONDESAN, Altino. Depoimento cedido a TV UNIVAP em um documentário sobre tuberculose, feito em 1999. Disponível em DVD no Centro de História e Memória (CEHVAP) da UNIVAP.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre uma teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 8ª. Edição, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas linguísticas*. SP: EDUSP, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. *População e Crescimento Econômico - Notas sobre a estrutura sócio-econômica de São José dos Campos*. Disponível em: <
[http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/principal/anexo?acao=abrirDocumentoDoContent&anexo=16077001&fichald=16077&iframe=true&width=100%&height=100%](http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/principal/anexo?acao=abrirDocumentoDoContent&anexo=16077001&fichald=16077&iframe=true&width=100%&height=100%>)
 >

DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. Prefácio: O processo de urbanização no Brasil: Falas e Façanhas. In: *O Processo de Urbanização no Brasil*. DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FILHO, Duy Dória. Entrevista concedida ao projeto de Patrimônio Humano de São José dos Campos em 1992. DVDS e transcrição disponíveis no Pró-Memória de São José dos Campos.

GOMES, Álvaro Ferreira. Entrevista cedida ao Pró-Memória de São José dos Campos em 2011. Áudio e transcrição disponíveis no Pró-Memória São José dos Campos.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Agê. *São José dos Campos de 1900 a 1980*. São Paulo: Santuário, 1981.

MATIAS, Benedito Rodrigues. *Monografia estatístico-coreográfica de São José dos Campos - SP - 15-07-1977, 1977*. Disponível no Acervo do CEHVAP.

MAKSoud, Henry. *Projeto de Estruturação e Estudo de Viabilidade Econômica da Universidade de São José dos Campos*. Relatório HE106-R1-770. Julho de 1970. Acervo do CEHVAP.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo. *O campo da atenção à saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social*. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

MONTEIRO, Amilton Maciel. *Elementos históricos da Univap e de seu berço: São José dos Campos*. Rascunho enviado para análise da Pró-Reitoria de Cultura e Divulgação – São José dos Campos: Univap, 1997. Disponível para consulta no Acervo do CEHVAP.

MONTEIRO, Amilton Maciel. *Elementos históricos da Univap e de seu berço*. Pró-Reitoria de Cultura e Divulgação - São José dos Campos: Univap, 2002.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. *Entre o criar, o copiar e o comprar pronto: a criação do ITA e do CTA como instituições de ensino e pesquisa para a consolidação da indústria aeronáutica brasileira (1945–1990)*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

PAPALI, Maria Aparecida; COSTA, Sandra Fonseca da; ZANETTI, Valéria; ALMEIDA, Douglas de; CARVALHO, Luciane do Carmo Guimarães de. Dinâmica Urbana da Zona Leste de São José dos Campos, SP e a Refinaria Henrique Lage (REVAP). In: *Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos*. COSTA, Sandra Maria Fonseca de; MELLO, Leonardo Freire de (Orgs). São José dos Campos: Intergraf, 2010.

- PESSOA, Marlos de Barros. *Formação de uma Variedade Urbana e Semi-oralidade: O Caso do Recife, Brasil*. Alemanha: Walter de Gruyter GmbH & Co KG, 2003.
- PIMENTEL, Francisco José de Castro. Entrevista realizada pela TV UNIVAP em 1994. Cedita ao Centro de História da UNIVAP (CEHVAP) em 2016, disponível para consulta no Acervo.
- Ponto de Vista* (sem autor). São José dos Campos, 14 de março de 1954. Correio Joseense. PDF digitalizado disponível no site do Pró-Memória São José dos Campos.
- Prefeitura da Estância de S. José dos Campos. Comunicado da Prefeitura - Criação da Faculdade de Direito*. Correio Joseense, São Paulo, 3 de janeiro de 1954. Disponível no Arquivo Público do Município de São José dos Campos.
- REIS, Nestor Gurlart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- RUIZ, Wilson. Entrevista cedida ao Projeto Patrimônio Humano, pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo. Vídeo e transcrição disponíveis no Pró-Memória São José dos Campos.
- SAVASTANO, Ângela. Entrevista concedida ao projeto de Patrimônio Humano de São José dos Campos, em 1992. DVDS e transcrição disponíveis no Pró-Memória de São José dos Campos.
- SÃO JOSÉ EM DADOS - Informações sobre a cidade de São José dos Campos. Governo do Estado de São Paulo*: 2012. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/293116/saojoseemdados4_fev.pdf>
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro n. 20, 2002, pp. 60-70.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, Adriane Aparecida Moreira; COSTA, Wanderley Messias da. Atividades industriais no interior do Estado de São Paulo: Uma análise da formação do complexo tecnológico-industrial-aeroespacial de São José dos Campos. In: *Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos*. COSTA, Sandra Maria Fonseca de; MELLO, Leonardo Freire de (Orgs). São José dos Campos: Intergraf, 2010.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- TRIGO, Maria Helena Bueno. *Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer*. São Paulo: Annablume, 2001.
- Uma Realidade a Construção do Prédio da Faculdade de Direito. Assinado contrato com importante firma – Os trabalhos serão iniciados imediatamente*. Correio Joseense, São Paulo, 25 de agosto de 1957. Disponível no Arquivo Público do Município de São José dos Campos.
- VIANA, Paula Vilhena Carnevale; LEANDRO, Débora Carla de Pádua; ZANETTI, Valéria Almeida. *Uma reflexão histórica sobre a incorporação da saúde ao imaginário da cidade: cidades Sanatoriais no século XIX em São Paulo*. Anais - Encontros Nacionais da ANPUR, v. 15 (2013), ST9 - A cidade no presente: ideias, práticas e interpretações. Acesso em 22 de novembro de 2016, disponível em: <http://unuhoopedagagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4599/4468>

IMAGENS:

Localização do Município de SJC (destaque para a Rodovia Pres. Dutra). Distâncias (percurso rodoviário) aproximadas do Município: Rio de Janeiro: 350 Km e São Paulo: 90 Km. Fonte: Elaboração dos autores a partir de arquivos do IBGE e DNIT.

Faculdade de Direito no início da década de 1960. In: *50 Anos da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos UNESP 1960-2010*. KOGISO, Iara Carolina Friggi (Org.); PAGANI, Clóvis (Coord.). Editora Imprensa Oficial, 2010.

Recebido em 18 de maio de 2017.

Aceito em 28 de junho de 2017.